

**SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO
DA SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES DE
RONDÔNIA - SUPEL.**

CHAMAMENTO PÚBLICO N.º 171/2020/SIPEL/RO

**M. X. P. USINA DE INCINERACAO DE
RESIDUOS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ
sob nº. 13.273.219/0001-06, com sede localizada na RD LT-21, ST-
678, QD-81A, Distrito Industrial, na cidade de Ji-Paraná, Estado de RO,
Cep: 76.900-970, com telefone para contato (69) 32193592,
representada por sua Procuradora, tempestivamente, vem à presença
de Vossa Senhoria, a fim de apresentar

**IMPUGNAÇÃO AO CHAMAMENTO
PÚBLICO,**

nos Aviso e Termo de Referência, demonstrando os motivos de seu
inconformismo pelas razões a seguir articuladas:

I – DA TEMPESTIVIDADE

Inicialmente, o órgão licitador, Supel, não estabeleceu em seu Aviso de Chamamento Público, qual norma adotada para que os licitantes pudessem protocolar pedido de impugnação, o qual é direito.

Cabe ressaltar que os demais Chamamentos Públicos realizados pela Superintendência Estadual de Compras e Licitações – SUPEL, fixa prazos para interposição de pedidos de esclarecimentos ou impugnações, como pode ser observado no Chamamento Público 139/20201:

3.1 Até 05 (cinco) dias úteis antes da data fixada

para a realização da sessão pública poderão ser solicitados esclarecimentos por escrito, cabendo a resposta à Comissão Especial de Licitação CEL/SUPEL, que deverá prestar as informações também no prazo de até 03 dias úteis antes da data fixada para a realização da sessão pública. Os esclarecimentos poderão ser solicitados via e-mail (celsupelro@gmail.com) aos cuidados da Comissão de Seleção e/ou protocolados na Superintendência Estadual de Compras e Licitações – SUPEL, Palácio Rio Madeira, Edifício Rio Pacaás Novos, 2º andar, situado na Av. Farquar, nº 2.986, Bairro Pedrinhas, CEP 76.820-470, Porto Velho – RO, das 07h30min às 13h30min. **(grifo nosso)**

Talvez a Supel tenha se baseado na Lei nº 13.019/2014, a qual é a legislação própria ao Chamamento Público, vejamos sua descrição:

Art. 2º Para os fins desta Lei, considera-se:

1 <http://www.rondonia.ro.gov.br/licitacao/399240/>

...

XI - comissão de monitoramento e avaliação: órgão colegiado destinado a monitorar e avaliar as parcerias celebradas com organizações da sociedade civil mediante termo de colaboração ou termo de fomento, constituído por ato publicado em meio oficial de comunicação, assegurada a participação de pelo menos um servidor ocupante de cargo efetivo ou emprego permanente do quadro de pessoal da administração pública;

Portanto, cabe informar que o Aviso do Chamamento Público não dispôs das regras editalícias, para estabelecer os prazos.

II - OBJETO DA LICITAÇÃO.

O Pregão Eletrônico em referência tem por objeto a "Contratação Emergencial de Empresa Especializada na Prestação de Serviços de Coleta Interna e Externa, Transporte, Tratamento (incineração ou autoclavagem e incineração) e Destinação Final dos Resíduos de Serviços de Saúde – RSS (Grupos A, B e E), de forma contínua, para atender os Hemocentros Regionais de Rolim de Moura e Ji-Paraná pelo período de 180 dias."

III – DOS FATOS

A presente impugnação apresenta questões pontuais que viciam o ato convocatório, que por discreparem do rito estabelecido nas normas licitatórias, restringirem a competitividade,

condição esta essencial para a validade de qualquer procedimento licitatório.

Pretende, ainda apontar situações que devem ser esclarecidas, facilitando, assim a compreensão de determinadas cláusulas, evitando posteriores interpretações equivocadas.

Antes de adentrarmos ao assunto cabe discorrer sobre os artigos da Lei nº 13.019/2014:

Art. 1º Esta Lei institui normas gerais para as parcerias entre a administração pública e organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação.

...

Art. 23. A administração pública deverá adotar procedimentos claros, objetivos e simplificados que orientem os interessados e facilitem o acesso direto aos seus órgãos e instâncias decisórias, independentemente da modalidade de parceria prevista nesta Lei.

Parágrafo único. Sempre que possível, a administração pública estabelecerá critérios a serem seguidos, especialmente quanto às seguintes características:

...

Art. 24. Exceto nas hipóteses previstas nesta Lei, a celebração de termo de colaboração ou de fomento será precedida de chamamento público voltado a

selecionar organizações da sociedade civil que tornem mais eficaz a execução do objeto.

§ 1º O edital do chamamento público especificará, no mínimo:

...

Art. 26. O edital deverá ser amplamente divulgado em página do sítio oficial da administração pública na internet, com antecedência mínima de trinta dias.

Os licitantes, querendo participar do presente Chamamento Público nº 171/2020/CEL/SUPEL/RO, se deparou com a publicação do Diário Oficial do Estado de Rondônia, bem como, no site da Supel, na data do dia 16/12/2020, firmando o PRAZO PARA RECEBIMENTO DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, PROPOSTA DE PREÇOS, PLANILHA DE CUSTOS, ATÉ 21/12/2020 ÀS 11 HORAS (HORÁRIO DE BRASÍLIA – DF), 10 HORAS (LOCAL), SOB PENA DE NÃO ACEITAÇÃO, CASO ENVIE FORA DO PRAZO.

Cabe observar que o prazo fixado para junção de toda documentação, bem como, a planilha de custo, foi de 02 (dois) dias úteis, prazo este menor que qualquer outro estabelecido na Lei de Licitação nº 8.666/93, seja ele o mínimo de 5 (cinco) dias na modalidade Convite.

A Impugnante ao analisar a documentação exigida, no referido chamamento, observou o anexo do Termo de Referência, o qual permitiu a subcontratação, conforme descrito no Termo de Referência, vejamos:

...

2.3.8.1.1.24 Será permitida a subcontratação dos serviços de tratamento e disposição final dos resíduos de serviços de saúde do Grupo A, B e E até o limite de 40%, desde que a empresa licitante apresente a

carta de anuência, e a licença de operação dos serviços subcontratados acompanhado dos seguintes documentos de qualificação técnica: *Alvará expedido pelo Corpo de Bombeiros da empresa subcontratada; *Certificado de cadastramento técnico federal na categoria de atividades potencialmente poluidoras – **IBAMA/MT** em nome da empresa subcontratada;

...

14.1 Será permitida a subcontratação dos serviços de tratamento e disposição final dos resíduos de serviços de saúde do Grupo A, B e E até o limite de 40%, desde que a empresa licitante apresente a carta de **anuência**, e a licença de operação dos serviços subcontratados acompanhado dos seguintes documentos de qualificação técnica: *Alvará expedido pelo Corpo de Bombeiros da empresa subcontratada; *Certificado de cadastramento técnico federal na categoria de atividades potencialmente poluidoras – **IBAMA/MT** em nome da empresa subcontratada; **(grifo nosso)**

A previsão da subcontratação é plausível, porém a solicitação da Carta de Anuência, que é a baixa de protestos ao tabelionato, não produz efeito para os documentos habilitatórios, pois este é um documento que serve para que o sacado, que deve ao cedente, baixe o protesto do qual está com seus dados negativados por alguma dívida que não quitou.

A Fundação de Hematologia e Hemoterapia do Estado de Rondônia – FHEMERON não possui nenhum vínculo com as licitantes, para que necessita a referida carta de anuência, comprovando uma dívida que foi protestada, seja cancelada.

A Certidão Negativa de Recuperação Judicial, bem como, as certidões relativas às regularidades fiscais e trabalhista, exigidas no Termo de Referência, item 13.1, 7, comprovam a regularidade da licitante com as obrigações tributárias.

Vejamos o Acórdão nº 1708/2003-Plenário:

"...

Voto: 3. Cumpre destacar, ainda, a questão da exigência de certidões de quitação junto à fazenda pública. Conquanto a Decisão nº 246/1997 - Plenário, em que se amparou a Codesp, tenha feito referência ao termo quitação, seu propósito verdadeiro foi firmar o entendimento de que a regularidade fiscal abrange também a Dívida Ativa da União. Mais recentemente, a Decisão nº 792/2002 - Plenário baseou-se de forma específica na existência de diferença entre regularidade fiscal, requerida pela lei, e quitação, sendo que a primeira, ao contrário da segunda, **pode se configurar mesmo no caso de a licitante estar em débito com o fisco, contanto que em situação admitida como de adimplência pela legislação.**

Assim, justifica-se a contestação oferecida por um dos representantes. Acórdão: 9.2 - determinar à Companhia Docas do Estado de São Paulo (Codesp) que: [...] 9.2.1.2 - utilizar a expressão 'regularidade' no lugar de 'quitação' no item 4.1.2, alínea 'c', do edital, nos termos do art. 29, inciso III, da Lei nº 8.666/93;" **(grifo nosso)**

Portanto, mesmo que a licitante esteja com débitos fiscais parcelados, ainda assim, a licitante pode expedir uma certidão positiva com efeitos negativos, não cabendo assim, a exigência da solicitação da Carta de Anuência.

O que importa ao Poder Público é a garantia de cumprimento do contrato, logo, se as exigências assegurarem o cumprimento das obrigações contratuais, restará atendido o espírito da Lei de Licitações.

Ainda quanto ao exigido nos itens 2.3.8.1.1.24 e 21.16 do Termo de Referência, conforme acima exposto, o órgão requisitante solicitou o certificado de cadastramento técnico federal na categoria de atividades potencialmente poluidoras – IBAMA/MT em nome da empresa subcontratada.

Exigência totalmente procedente, porém, o referido certificado exigiu-se o de Mato Grosso (IBAMA/MT), podendo ter sido somente como um erro de digitação, mas se não exigido da forma correta, pode causar transtornos, restringindo a participação no certame licitatório.

Outro ponto a ser debatido é o quantitativo constante no Termo de Referência, embasado no ano de 2018.

É sabido que estamos vivenciando uma pandemia, e o quantitativo teve um aumento significativo, ficando est do Chamamento Público nº 171/CEL/SUPEL, defasado com o atual emergencial, o qual é prestado por esta licitante, através do Contrato nº 260/FHEMERON.

O Termo de Referência, não demonstrou o real estimativo das quantidades em quilo do ano base de 2019, executado no recolhimento dos resíduos de saúde.

Não houve demonstração nos autos, do histórico de demandas do ano de 2019, fazendo referência ao ano de 2018, deve-se considerar, neste ponto, que não se sabe a real

necessidade firmada pelo órgão, considerando o aumento da execução com a pandemia efetivada pela Covid-19.

Os quantitativos estimados devem refletir as reais necessidades do órgão, pois é uma etapa preliminar ao orçamento de um serviço.

A falta de levantamento histórico de um órgão, dita-se por falta de organização, o levantamento de quantitativos é o processo de determinar a quantidade real, tendo como objetivo dar informações para a preparação do orçamento.

O quantitativo da real necessidade do serviço é de suma importância, pois suas consequências erradas, podem levar à administração pública a desperdícios, como a majoração do contrato, ou seja, a perda do efeito de escala, no caso de celebração de aditivos ou de realização de novas contratações, o que leva a custo final maior.

O Acórdão 2.163/2011 – TCU – Plenário é um exemplo deste entendimento:

...o edital de licitação apresenta disposição para que nenhum pagamento adicional seja efetuado em remuneração a serviços que sobrevierem durante a execução das obras, mas que sejam necessários para a perfeita execução dos projetos apresentados no certame (...). Em função disso, determina ainda que as licitantes executem minucioso estudo do local, dos projetos e das especificações antes da apresentação da sua proposta.

Nessa linha, o empreiteiro não teria direito a solicitar aditivos contratuais de quantidades nos casos de quantitativos subestimados por erros que pudessem ter sido detectados ainda durante o processo licitatório.

Os quantitativos demonstrados devem ser embasados no histórico do ano anterior, ou seja, ano de 2019, majorando um percentual.

Não possuir um HISTÓRICO REAL, percebe-se que o futuro desses contratos, é um aditivo, prejudicando os licitantes, ao decompor seus valores no real quantitativo previsto.

IV – DO PEDIDO

Em face do exposto, requer que seja a presente **IMPUGNAÇÃO julgada PROCEDENTE**, com efeito para:

- ✓ Retirar dos **itens 2.3.8.1.1.24 e 21.16 do Termo de Referência, a Carta de Anuência;**
- ✓ Corrigir os **itens 2.3.8.1.1.24 e 21.16 do Termo de Referência**, onde solicita o Certificado de cadastramento técnico federal na categoria de atividades potencialmente poluidoras – **IBAMA/MT;**
- ✓ Balizar o quantitativo com referente ao **histórico do real consumo no ano de 2019**, perfazendo uma nova cotação de preços;
- ✓ Determinar-se a republicação do Chamamento Público, escoimado do vício apontado, **reabrindo-se o prazo inicialmente previsto, conforme § 4º, do art. 21, da Lei nº 8666/93**, a qual se aplica subsidiariamente.

Nestes Termos,



Pede Deferimento.

Porto Velho, RO 17 de dezembro de 2019.



LAIANA VANESSA BORGES DE SOUZA

Procuradora

CPF: 003.686.212-60

M. X. P. USINA DE INCINERACAO DE RESIDUOS LTDA

CNPJ sob nº. 13.273.219/0001-06